

Excludente de ilicitude em GLOs e pacote Anticrime centralizam cobertura

Cobertura sobre Segurança Pública teve 52% de matérias a mais que na semana anterior; julgamento sobre COAF e violência contra a mulher apareceram em destaque na mídia

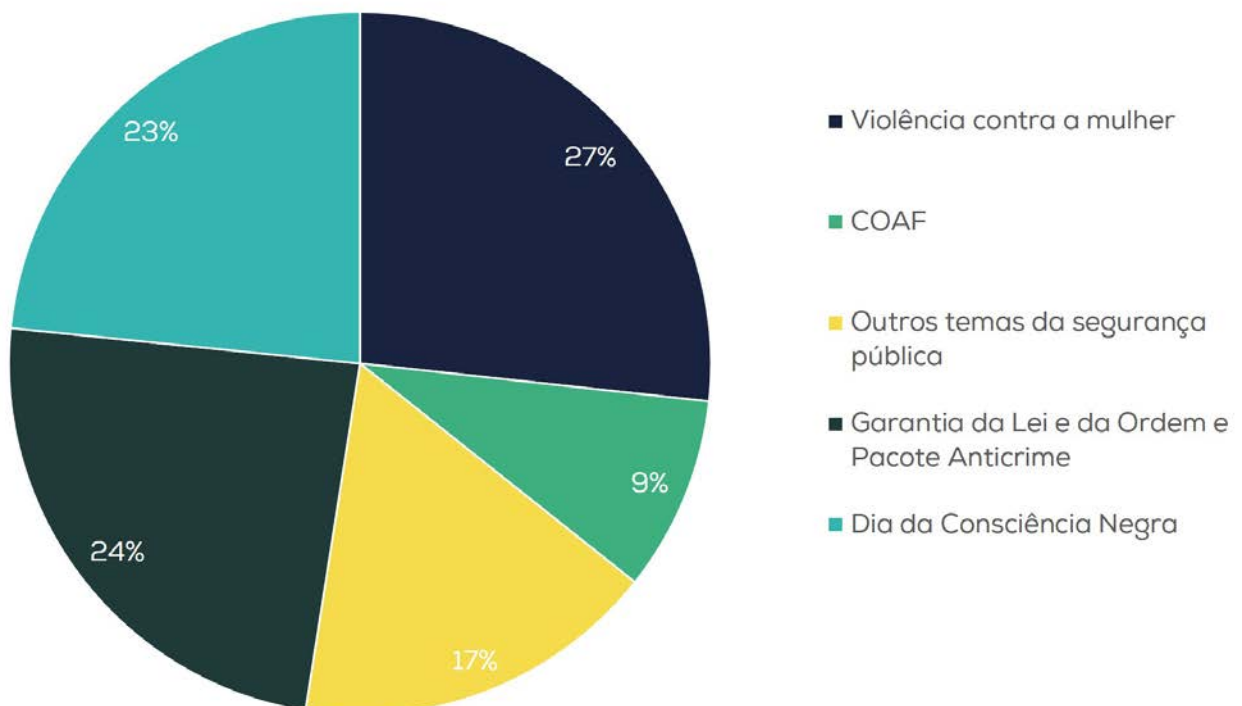
Depois de uma semana morna, o noticiário em torno das questões que envolvem a Segurança Pública voltou a esquentar, com 52% a mais de notícias do que na semana anterior. Dois assuntos ocuparam posição de destaque nas manchetes: a tramitação do Pacote “Anticrime” e o projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional para ampliar o excludente de ilicitude para militares envolvidos em operações de Garantia de Lei e da Ordem (GLO). No total, a cobertura dos dois temas alcançou 24% da cobertura da mídia sobre segurança.

O interesse por ambos não foi obra do acaso. Na terça-feira (19), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que pretende colocar em votação a proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho (GT) que analisou os projetos de alteração da legislação e processo penal apresentadas pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Maia se encontrou pessoalmente com Moraes e Moro para apresentar a versão final do texto do GT.

Na quarta-feira (20), a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da PEC 199/19, que prevê a permissão para a prisão de condenados após condenação em segunda instância, uma medida defendida por Moro no Pacote “Anticrime”, e que foi objeto de decisão – no sentido contrário - do STF no dia 7 de novembro.

O presidente Jair Bolsonaro anunciou na quinta-feira (21) o envio de um projeto de lei para ampliar a concepção de excludente de ilicitude para militares em operações de GLO. A declaração foi dada no lançamento do partido que o presidente pretende criar, o Aliança Pelo Brasil. A reação à decisão presidencial foi imediata. Analistas chegaram, inclusive, a apontar riscos de o projeto de lei ser utilizado como amparo legal para [reprimir com violência letal as manifestações de opositores políticos do governo](#). São citados paralelos com decreto aprovado na Bolívia e com o [Ato Institucional nº5](#), editado durante o regime militar brasileiro.

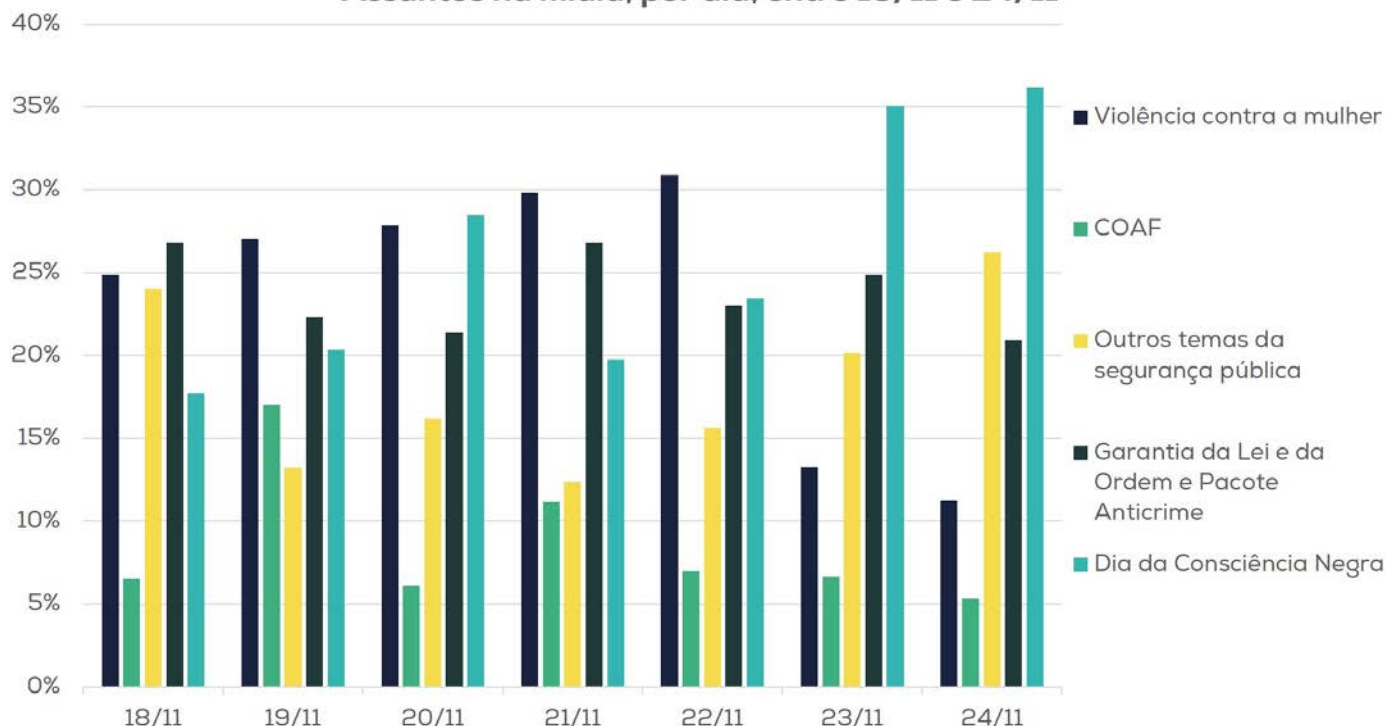
Principais assuntos na semana, entre 18/11 e 24/11



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

A celebração do Dia da Consciência Negra, na quarta-feira (20), também foi bastante lembrada pelos veículos de imprensa, que utilizaram largamente dados sobre violência e segurança pública no debate da questão racial no Brasil. O assunto repercutiu ainda mais depois de dois fatos políticos ocorridos na Câmara dos Deputados. Na terça (19), o deputado federal Coronel Tadeu (PSL-SP) quebrou um quadro de uma exposição sobre o Dia da Consciência Negra dentro da Câmara. O quadro apresentava uma charge e dados sobre a vulnerabilidade da população negra à violência no Brasil, destacando que os negros são a maior parte dos mortos em ações policiais. Diversas lideranças políticas acusaram o ato do deputado como racista. Já Tadeu entendeu como legítima sua ação, afirmando que a placa consistia em um ataque aos policiais. Na mesma esteira, o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) disse no plenário da Câmara que negros morrem mais no Brasil porque "[tem mais negros com armas, mais negros no crime e mais negros confrontando a polícia](#)".

Assuntos na mídia, por dia, entre 18/11 e 24/11



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

O combate à corrupção também teve seu destaque com a discussão sobre o uso de dados da Unidade de Inteligência Financeira (UIF), antigo COAF, em investigações criminais. Entre os dias 19 e 21, o STF realizou as primeiras sessões do julgamento sobre a validade do compartilhamento de relatórios financeiros da UIF com o Ministério Público sem autorização judicial. A UIF atualmente é vinculada ao Banco Central. Os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli já votaram favoravelmente e o julgamento deve ser retomado na próxima quarta-feira (27/11). Este assunto representou aproximadamente 9% das matérias sobre segurança pública.

Nesta semana, o tema de maior cobertura da mídia em relação à segurança pública continua sendo a violência contra a mulher, com aproximadamente 27% das matérias. Tivemos também notícias sobre o andamento da investigação sobre a morte de Ágatha Félix. Na terça-feira (16/11), [a Polícia Civil do Rio de Janeiro concluiu que o tiro que levou à morte da menina foi disparado por um fuzil da Polícia Militar do Estado](#). Já os demais temas da segurança pública representaram 17% do conteúdo veiculado na mídia.

